

Os Cistercienses em Portugal nos alvares da Época Moderna: o caso da Abadia de Alcobaça por 1519-1520

S A U L A N T Ó N I O G O M E S

Centro de História da Sociedade e da Cultura (FLUC)
sagcs@fl.uc.pt

Resumo: Neste artigo, o autor propõe-se historiar a presença dos monges cistercienses, em Portugal, sobretudo ao longo do século XVI. Depois de avaliar o peso dos cistercienses no quadro monástico português moderno geral, passa a analisar um relatório acerca do estado do Mosteiro de Alcobaça, e da abadia feminina de Coz, que lhe estava sujeita, produzido para informar o rei de Portugal, D. Manuel, por volta de 1519-1520. Pela leitura das páginas desse relatório, é possível apurar elementos muito precisos, com valor estatístico, acerca da comunidade dos monges de Alcobaça e das monjas de Coz, naquele momento, nomeadamente relativos ao quadro demográfico destas abadias e ao quotidiano dos religiosos e religiosas em matéria de alimentação, vestuário e calçado, assim como em matéria de gastos com alguns dos ofícios e cerimoniais litúrgicos que se celebravam neste claustro cisterciense.

Palavras-chave: Cistercienses, Monaquismo, Mosteiro de Alcobaça, Portugal, Século XVI.

The Cistercians in Portugal in the early Modern Era: the case of Alcobaça Abbey in 1519-1520

Abstract: In this article, the author proposes the recounting of the presence of Cistercian monks in Portugal, mainly throughout the 16th century. After evaluating the space occupied by the Cistercians in the Portuguese modern monastic framework, the author proceeds to analyze a report produced to inform the king of Portugal, D. Manuel, around 1519-1520, on the status of Alcobaça monastery, and the subordinate female abbey of Coz. Reading the pages in this report, it is possible to ascertain elements of precise statistical value on the community of Alcobaça monks and Coz nuns, at that moment in time. Namely, demographics pertaining these abbeys and the quotidian of the religious in feeding, dressing and spending on religious and liturgic ceremonies performed in this Cistercian cloister.

Keywords: Cistercians, Monasticism, Monastery of Alcobaça, Portugal, 16th century.

A história monástica portuguesa moderna, em geral, e a cisterciense em particular, são um campo de investigação fecundo cujo desbravamento merece ainda muita atenção por parte dos estudiosos. A abundância e a diversidade das fontes, manuscritas e impressas, que se conservam nos arquivos nacionais, assim como nalguns estrangeiros, constitui simultaneamente um desafio, nas temáticas e nas problemáticas, e uma vasta messe, no domínio das metodologias de abordagem a aplicar, para todos quantos se dedicarem a esta área historiográfica.

Como para a generalidade das ordens religiosas, o conhecimento historiográfico acerca dos cistercienses em Portugal, na Época Moderna, tem vindo a crescer. Livros e estudos monográficos específicos, artigos em atas de colóquios ou em periódicos, abordagens comparativas gerais sobre história monástica, oferecem, atualmente, abundante informação sobre o tema¹.

Nos finais de Quatrocentos, o monaquismo português conhecia uma fase de dinâmica expansão e de crescimento do número de religiosos e religiosas professos². As abadias cistercienses portuguesas, mau grado atravessarem um período de sujeição a administradores comendatários, percorriam caminhos de reforma que as levariam à consolidação da distanciação e separação prática dos centros tradicionais de mando da Ordem, em Cîteaux, para culminar no estabelecimento da Congregação de Santa Maria de Alcobaça, pontifícia e formalmente reconhecida em 1567³, posto que em montagem e funcionamento já desde o ano de 1551. Isso mesmo se lê no capítulo primeiro das Definições de 1593, o qual esclarece justamente o processo da origem da Congregação de Nossa Senhora de Alcobaça:

-
- 1 Destacando-se, aliás, o campo da história da arte como um dos mais atrativos e produtivos para os historiadores. Não é objetivo deste texto elencar a bibliografia recente completa sobre o tema. Veja-se, todavia, a síntese problematizante proposta por Saul António Gomes – Oito Séculos de Cister em Portugal: Questões em Aberto. *Actas. III Congreso Internacional sobre el Cister en Galicia y Portugal*. Tomo I. 1930-2005. LXXV Aniversario de la Restauración de Oseira – Año Santo Mariano. Ourense: Mosteiro de Oseira, 2006, p. 37-55. Entre a bibliografia mais recente, por meros exemplos no campo estritamente histórico, cite-se: *Mosteiros Cistercienses. História, Arte, Espiritualidade e Património. Actas do Congresso realizado em Alcobaça nos dias 14 a 17 de Junho de 2012*, 3 tomos, Alcobaça, Ed. Jorlis, 2013; *Cister: por entre História e Imaginário. IX Encontro Cultural – S. Cristóvão de Lafões* (Coord. Maria Alegria Fernandes Marques e Helena Osswald). São Cristóvão de Lafões, Associação dos Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2014. Entre as publicações periódicas portuguesas em que domina ou abunda a temática monástica, sobretudo nas suas faces culturais, anotemos os títulos das revistas *Península. Revista de Estudos Ibéricos* (Nº 6, 2009), *Via Spiritus. Revista de História da Espiritualidade e do sentimento religioso* (Vol. 21, 2014) e *Lusitania Sacra* (2ª série, Tomo 28, 2013). Entre livros, no caso, resultantes de teses de doutoramento, nomeie-se: Salvador Magalhães Mota – *Cistercienses, Camponeses e Economia Rural no Minho na Época do Antigo Regime*. 2 vols.. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2006; Antónia Fialho Conde – *Cister a Sul do Tejo. O mosteiro de S. Bento de Cástris e a Congregação Autónoma de Alcobaça (1567-1776)*. Lisboa: Edições Colibri, 2009; António Eduardo Veyrier Valério Maduro – *Cister em Alcobaça. Território, Economia e Sociedade (Séculos XVIII-XX)*. Maia: Edições ISMAI, 2011.
 - 2 Vd. Saul António Gomes – Quadro geral do monaquismo português em Quatrocentos. *Revista Territórios e Fronteiras*. Cuiabá. 7:2 (julho-dezembro, 2014) 144-181. Disponível em: <http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/351/226> (acedido em 12 de maio de 2015).
 - 3 Vd. Saul António Gomes – A Congregação Cisterciense de Santa Maria de Alcobaça nos Séculos XVI e XVII: Elementos para o seu Estudo. *Lusitania Sacra*. 2ª série. 18 (2006) 375-431.

“Movido o Serenissimo Rey Henrique da gloriosa memoria, no tempo que com titulo de Cardeal Infante, era perpetuo Abbade do insigne Mosteyro de Alcobaça, e Prelado superior de sua congregação toda, com hum sancto zello, do augmento e perfeição no serviço do Senhor, reformou no anno de 1551 a dita congregação, à guarda particular, e direita observancia da regra. A cujo desejo correspondendo o do nosso Sanctissimo Padre Pio quinto, passou (movido de grande virtude e regular perfeição em que a nova reformation crecia) no anno de 1567, hũa bulla, em que confirmando a tal observancia, mandava pera melhor regimento dos Mosteyros, se reduzissem a hũa congregação e cabeça, em a qual (cessando os abbades perpetuos) se ellegessem triennaes nos capitulos geraes, celebrados, a este fim, cada tres annos, como mais largamento se contem na bula da congregaçam, em que isto se manda.”⁴

Portugal conventualizou-se significativamente no decursos dos séculos modernos⁵. Reis e seus familiares, a alta-aristocracia cortesã e o alto-clero, assim como algumas elites oligárquicas de gentes de poder e de dinheiro dos estratos sociais populares, mantiveram-se fiéis fundadores de casas conventuais, financiando-as, dotando-as de património, nelas fazendo ingressar os seus filhos e filhas⁶.

Em 1887, Manuel Bernardes Branco, na sua *Historia das Ordens Monásticas em Portugal*, apresentou uma estatística dos mosteiros que houve em Portugal, “não completamente exacta, mas proxima da exacção.”⁷

**Estatística dos mosteiros que houve em Portugal,
segundo Manuel Bernardes Branco (1887)**

Ordem	Masculinos	Femininos	Total
Bentos	15	1	16
Bernardos	20	11	31
Santo Agostinho, calçados	18	4	22
Santo Agostinho, descalços	15	1	16
Cónegos de Santo Agostinho	5	—	5
Brunos	2	—	2
Carmelitas, calçados	12	4	16
Carmelitas, descalços	18	8	26
Carmelitas, alemães	1	—	1

4 *Deffiniçoens da Ordem de Cistel e Congregaçam de Nossa Senhora de Alcobaça*. Lisboa: Oficina de Antonio Alvarez, 1593, fl. 1.

5 Como sucedeu com a Espanha católica. Vd. Ángela Atienza – *Tiempos de conventos. Una historia social de las fundaciones en la España moderna*. Madrid: Marcial Pons Historia – Universidad de La Rioja, 2008.

6 Vd. Saul António Gomes – *Doces obrigações*. O exercício abacial no Mosteiro de Jesus de Setúbal – Séculos XVI a XVIII. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. 9 (2009) 43-85: 44-45.

7 Manuel Bernardes Branco – *Historia das Ordens Monasticas em Portugal*. Vol. III. Lisboa, 1887, p. 482-484.

Ordem	Masculinos	Femininos	Total
Freires da Ordem de Cristo	1	–	1
Dominicanos	20	18	38
Dominicanos, irlandeses	1	–	1
3ª Ordem de S. Francisco	19	2	21
Província do Algarve	31	16	47
Província da Arrábida	21	–	21
Província de Stº António dos Capuchos	15	–	15
Província da Conceição	21	–	21
Província da Piedade	20	–	20
Província de Portugal	28	25	53
Província da Soledade	19	–	19
Missionários apostólicos de Brancanes	1	–	1
Missionários de Vinhais	1	–	1
Varatojanos	1	–	1
Mesão frio	1	–	1
Capuchos franceses	1	–	1
Capuchos italianos ou barbadinhos	1	–	1
Jerónimos	9	1	10
S. João de Deus ou Seringas	15	–	15
Jesus Nazareno	1	–	1
S. Paulo Eremita, descalços	2	–	2
Monges de Santo Antão Abade	1	–	1
Conceição, sufragadores das almas	1	–	1
Trinos, redenção de cativos	9	4	13
Trinos, descalços	2	–	2
Divina Providência ou Caetanos	7	–	7
Divina Providência, clérigos seculares	3	–	3
Camilos	6	–	6
S. Filipe Nery, congregados	7	–	7
Congregação de N. Senhora da Oliveira	1	–	1
Totais	379	95	474

Manuel Bernardes Branco não contabilizou, neste quadro, todos os conventos masculinos e femininos das Ordens Militares (faltam os do Hospital, de Santiago e de Avis), os colégios universitários, as antigas casas da Companhia de Jesus. Não é

claro se nessa estatística entraram os conventos dispersos pelo Ultramar português. Depois de 1834, como se sabe, apenas se mantiveram ativos os conventos femininos. Em 1850, segundo o mesmo autor, os claustros femininos portugueses ascendiam a 119, acolhendo todos eles o número de 1.500 religiosas. Destas, 200 freiras eram pensionistas, recebendo a pensão de 7.200 réis cada uma⁸.

Essa contabilidade exata permanece, assim, um exercício em aberto. Para o período medieval e quinhentista dispomos do *Guia das Ordens Religiosas em Portugal*, dirigido por Bernardo Vasconcelos e Sousa, obra que nos permite obter um levantamento rigoroso do mapa monástico português nesse período, continuado, de alguma forma, pela recente obra *A ordem das Ordens Religiosas – Roteiro identitário de Portugal (Séculos XII-XVIII)*, de Fernanda Maria Guerres de Campos, surgida a público em 2017. Para o Liberalismo português triunfante em 1834, o mapa monástico nacional revelava-se contraproducente aos designios nacionais. A opção pela exclausuração dos frades, historicamente complexa, foi essencialmente política, como opção política teria sido manter intacto o quadro conventual existente.

Os mosteiros prestigiavam as terras em que haviam sido edificadas, contribuindo para o seu povoamento e dinamização económica. Bem o afirmavam, em 1556, os autarcas do concelho de Lamego, em carta dirigida ao rei, apelando para que os monges se mantivessem em Salzedas e em S. João de Tarouca:

“Que segundo a enformação que temos os monjes que os abitão vivem bem e a serviço de Noso Senhor e estao bem reformados pelos priores que os guovernão e os edificios destes mosteiros som tão grandes, sumtuossos e amiguos e de tanta devação que nom sendo abitados polos relegiosos que nelles tem feita ou ao diamte fazerem profissão se vimrão a derribar per terra. E tãobem cessando os officios divinos e emcareguos que nelles ha que ficara perpetuo escandalo no povo e nunca nelle podera ser bem recebido despovoaren sse os monjes delles. Pedimos a V. A. queira mandar ver e examinar todo e aja por bem que estes mosteiros se nom dispovoem e sejam habitados pelos monjes e hordem pera que foram feytos.”⁹

Em 1500, ou seja, no fim do último século ainda medieval, Portugal contava com um total de 272 mosteiros, dos quais 215 masculinos e 57 femininos. Nos finais de Quinhentos, esse número crescera em mais cerca de 174 casas religiosas, perfazendo um total na ordem dos 444 mosteiros. Desde então e até ao século XIX, como se pôde verificar, o número de conventos aumentaria mais ligeiramente, rondando as 500 casas ao tempo da extinção das Ordens Religiosas em Portugal (1834). Ténhamos presente, todavia, que neste interstício de tempo houve um bom número de velhos mosteiros que se extinguiram.

8 Manuel Bernardes Branco – *Historia das Ordens...*, p. 484.

9 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante referido por TT) – Corpo Cronológico, Parte I, Maço 98, Doc. 127.

Mosteiros em Portugal, por Ordens Religiosas, em 1500¹⁰

Ordens	Masculinos	Femininos	Total
OSB	40	18	58
OCit	16	8	24
CRSA	34	4	38
Premonstr.	2	–	2
Stº Sepulcro	2	–	2
Santo Antão	3	–	3
Roncesvales	1	–	1
S. João Evg.	6	–	6
S. Paulo	18	–	18
OFM	53	18	71
OP	14	6	20
OESA	6	1	7
OSH	5	–	5
Ord Carm	4	–	4
Trinitários	6	–	6
Mercedários	1	–	1
Ord. Militares	4	2	5
Totais	215	57	272

O conhecimento da realidade conventual portuguesa necessita de maior número de monografias sobre os claustros portugueses nos séculos modernos. Interessa estudar, necessariamente, o património dessas casas e as suas dinâmicas económicas e vida material, mas sem esquecer as componentes sociais, culturais e religiosas e espirituais. Sabemos ainda pouco acerca da vida nos conventos portugueses quinhentistas. Interessará esclarecer as suas fundações e reformas, elucidar os quadros prosopográficos das populações claustrais, avaliar as atmosferas espirituais em que se moviam religiosos e religiosas.

Tem pertinência, assim, olhar para o caso cisterciense de Alcobaça nos alvores dessa centúria. Dispõe-se de alguma documentação interessante para tentar conhecer mais aprofundadamente a vida quotidiana nesta abadia estremenha pelos anos de 1519-1520. Refira-se, particularmente, um relatório extenso e algo minucioso acerca dos encargos com o sustento dos religiosos desta abadia no período mencionado. Intitula-se este texto, fragmentado, aliás, “Caderno das despesas do

¹⁰ Levantamento efetuado a partir de: Bernardo Vasconcelos e Sousa, *et al.* – *Ordens Religiosas em Portugal. Das origens a Trento – Guia Histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

Moosteiro d'Alcobaça que Vossa Alteza mandou que se fizesse"¹¹. Constitui, este "caderno", um tipo de informação muito privilegiada para a reconstituição dos quadros quotidianos de um grande mosteiro português na primeira metade de Quinhentos, sendo um acto documental que radiografa aprofundadamente o velho claustro num momento sincrónico específico. Atente-se, todavia, que, agregada a esta abadia, estava a das monjas de Coz, cuja administração, nos anos em causa, dependia do dom abade alcobacense, razão por que os gastos relativos a estas donas são considerados neste caderno¹².

O estado fragmentário do documento em causa não permite a leitura da data precisa. Sabe-se, todavia, que a informação documental em causa foi organizada pelo abade de S. Paulo de Almaziva, Mestre D. Jorge¹³, por Vasco de Pina e por um terceiro elemento de nome Álvaro¹⁴. A figura do abade de Almaziva, Mestre D. Jorge, apenas nos surge ligada à abadia de Alcobaça em meados de 1519. Tenha-se presente que Vasco de Pina proveu na administração temporal da abadia entre os anos de 1519 (recebeu regimento real para administrar Alcobaça, aliás, a 8 de maio de 1519¹⁵) e 1531¹⁶.

Nas páginas relativas à vestimenta que se dava aos monges, o texto refere-se ao "tempo do cardeal" e ao do "bispo da Guarda", informação que deveremos interpretar como alusiva ao cardeal D. Jorge da Costa e ao seu sucessor no governo abacial, em 1505, D. Jorge de Melo¹⁷.

11 TT – Fragmentos, Cx. 13, M. 6, Doc. 2. Documento já utilizado, aliás, por Iria Gonçalves – *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1989, p. 366. Agradeço, aqui, ao Dr. Pedro Pinto, do Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, a renovada chamada de atenção para esta fonte.

12 Anote-se que a restituição de folhas a este "caderno", a partir de fragmentos soltos, permitiu reunir mais 14 fólios do mesmo.

13 Trata-se do Mestre D. Jorge, abade de S. Paulo de Almaziva e prior e reformador do Mosteiro de Alcobaça. A 3 de junho de 1519, este escreveu a el-rei pedindo-lhe indicações sobre os procedimentos a seguir em relação às eleições de juizes e vereadores que os moradores da Pederneira e de Alvorninha deveriam realizar; numa outra carta, da mesma data, informa o monarca acerca do cuidado que se punha no governo da casa em matéria financeira e no que respeitava ao recrutamento de novos religiosos. A 12 de julho seguinte, fez exposição ao soberano acerca da carne e do pescado que se deveria distribuir às monjas do Mosteiro de Coz. A 6 de outubro de 1519 deu licença a Fr. Gonçalo, presbítero, e a Fr. Francisco, subdiácono, para se deslocarem a Paris para aprenderem Teologia. (TT – Corpo Cronológico, Parte I, M. 24, Doc. 86 e 91; M. 24, Doc. 108; Parte II, M. 85, Doc. 52. Saul António Gomes – *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal Séculos XV e XVI*. Lisboa: IPPAR, 1998, p. 34-35.

14 Deverá ser D. Álvaro, ouvidor do Mosteiro, já em 13 de agosto de 1519. (TT – Corpo Cronológico, Parte I, M. 25, Doc. 11). Anote-se, todavia, um homónimo, Fr. Álvaro, referido como vedor do Mosteiro, por exemplo, no auto da publicação do foral manuelino de Turquel, em documento de 27 de maio de 1517. (Câmara Municipal de Alcobaça – Foral Manuelino de Turquel, fl. 41).

15 Fr. Manoel dos Santos – *Alcobaça Ilustrada. Noticias e Historia dos Mosteyros e Monges insignes Cistercienses da Congregaçam de Santa Maria de Alcobaça da Ordem de S. Bernardo nestes Reynos de Portugal e Algarves*. Primeira Parte. Coimbra: Oficina de Bento Seco Ferreyra, 1710, p. 324-327.

16 Fr. Manoel dos Santos, na obra e páginas antes citadas, alude à determinação real, já com D. João III, de estabelecer quantias fixas para suprimimento das necessidades dos monges. Não indica, todavia, o ano preciso dessa decisão régia.

17 "Vestido pera os criados d'Ordem. Item soyasse de dar em tempo do cardeall que Deus aja [aos] dictos criados d'Ordem e assy dava ho bispo da Guar[da] alguuns, scilicet, capas aos homens hum anno e outro nam. E pellote e gibam e calças

A redação do documento em causa não pode deixar de datar, face aos elementos considerados, de 1519, o mais tardar, do ano imediato, e sempre antes, necessariamente, do momento em que, em 1520, o bispo D. Francisco da Fonseca substituiu Mestre D. Jorge no governo espiritual da comunidade.

É um relatório que se destinava, pois, ao rei D. Manuel I, num momento em que a Coroa chamara a si a gestão monástica de Alcobaça, num contexto, aliás, do governo do Cardeal-Infante D. Afonso como seu abade comendatário. As interferências da Coroa nos destinos de Alcobaça foram praticamente constantes na sua história. Desde o reinado de D. Dinis, por exemplo, que os esmoleres-mores do reino eram os abades alcobacenses. Abades como D. João de Ornelas ou D. Estêvão de Aguiar foram cortesãos assíduos do palácio real. Nos finais da Idade Média, acentuaram-se ainda mais as intromissões reais nos destinos deste claustro bernardo¹⁸.

Entre 1505 e 1519, Alcobaça foi governada por D. Jorge de Melo, o qual sucedeu no sólio abacial ao Cardeal D. Jorge da Costa, como se referiu. O abade D. Jorge de Melo foi feito bispo da Guarda em 1519, deixando Alcobaça livre para nela ser apresentado o Cardeal-Infante D. Afonso, ainda menor nos seus 10 anos de idade, o qual se manteria, todavia, como abade comendatário até à sua morte, em 1540¹⁹.

A Coroa assumiria, assim, a administração do imenso património da abadia alcobacense, tendo o soberano nomeado, para administrador da mesma, um seu oficial de confiança, Vasco de Pina. Este oficial esteve à frente da administração temporal do mosteiro, como provedor, até 1531, quando foi substituído por Pedro da Videira, capelão do Cardeal-Infante D. Afonso²⁰. No espiritual, a comunidade foi governada, a partir de 1520, como se aludiu anteriormente, por D. Francisco da Fonseca, bispo titopolense, sucedendo-lhe nessas funções, também no ano de 1531, Fr. António de Sá²¹.

e camisas e carapuças cada anno. E o gibam era de fustam e o all tudo de pano da terra. E leva cada capa I varas pollo pano ser estreito, e o pellote b varas. E as calças vara e meia. E as mulheres sayas e cintas e saynhos. E leva cada saya e saynho e cimta bll varas, tudo de pano da terra. E os moços pellote e gibam. E os menynos cueyros. E as moças suas sayas e saynhos e cintas. E ham mester huns pollos outros duas varas e meia, e assy como crecem assy ham mester mais. (...)" (TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fl. não numerado [12]).

18 Vd. Iria Gonçalves – *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos Séculos XIV e XV...*, p. 430 e seguintes; Saul António Gomes – *O Mosteiro de Alcobaça ao Tempo do Rei D. Pedro I. Colóquio "Inês de Castro. Actas. 15 de Janeiro de 2005*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2005, p. 47-78; Saul António Gomes – D. João Eanes de Dornelas, abade de Alcobaça (1381-1414). In *Olhares sobre a História. Estudos Oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Ed. Caleidescópio, p. 253-278; Saul António Gomes – D. João II e o Mosteiro de Alcobaça. In *Actas do Colóquio "O Tempo Histórico de D. João II – Nos 550 anos do seu nascimento"*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2005, p. 201-254.

19 Fr. Manoel dos Santos – *Alcobaça Ilustrada...*, p. 323-351.

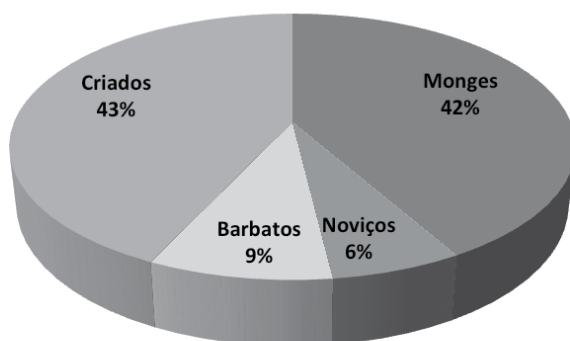
20 António Dias Farinha – Feitos de Vasco de Pina em Marrocos e a sua acção na Abadia de Alcobaça. *Arquivos do Centro Cultural Português*. 1 (1969) 124-160.

21 Fr. Manoel dos Santos – *Alcobaça Ilustrada...*, p. 323-331. Fr. António de Sá, monge beneditino de Castela, veio a ser nomeado, em 22 de dezembro de 1528, pelo Cardeal-Infante D. Afonso, prelado reformador dos mosteiros cistercienses portugueses. (TT – Corpo Cronológico, Parte II, Mº 153, Doc. 33).

A exploração deste texto/documento permitirá conhecer a realidade e os problemas da vida claustral numa abadia masculina com uma história várias vezes secular, já naquele momento, contribuindo, deste modo, para a elucidação da história monástica portuguesa geral no Portugal do primeiro século da Época Moderna.

De acordo com a informação patente neste “caderno das despesas”, o Mosteiro de Alcobaça contava precisamente com uma população conventual de 33 monges professos com o prior, mais cinco noviços e sete barbatos²². A estes, acrescentam 34 criados e criadas de serviço na Abadia²³.

População conventual de Alcobaça em 1519-1520



O sustento desta comunidade religiosa, com a dignidade própria do estatuto eclesiástico de monges cistercienses, obrigava a despesas que deviam ser asseguradas pelos comendatários da abadia. O rei D. Manuel I, como tutor do seu filho e Cardeal-Infante, assumiu os encargos em causa e procurou gerir os destinos da abadia de modo competente e adequado. Vasco de Pina e os demais autores do “caderno” inventariam as despesas em causa com pormenor.

22 Este é um dos raros documentos em que se precisa o número de religiosos que viviam na abadia. Existem outros números, mas nenhum deles absoluto. No ano de 1484, Fr. Pedro Serrano, visitador, declarava que esta abacial poderia manter até 70 religiosos (50 monges de missa, 10 noviços e 10 conversos), posto que estivesse aquém desse número. Em 1521, registam-se 42 monges em Alcobaça, com direito a vestimenta. O cadeiral do coro da igreja tinha, até pouco antes desse ano, 84 cadeiras, tendo D. Manuel I mandado fazer outro coro com 150 assentos. D. Manuel I terá querido que residissem na abacial 100 religiosos. O Cardeal-Infante D. Afonso, determinou que os monges de missa, nesta abadia, fossem 40, mais cinco noviços e 15 conversos, ou seja, ao todo, 60 religiosos e 15 criados seculares para os servirem. (TT – Corpo Cronológico, Parte II, Mº 98, Doc. 111; I, Mº 29, Doc. 4; I, Mº 32, Doc. 77. Fr. Manoel dos Santos – *Alcobaça Ilustrada...*, p. 332; Saul António Gomes – *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal...*, p. 31; Saul António Gomes – *Documentos para a história de Santa Maria de Alcobaça nos séculos XVI a XVIII. O Corpo Cronológico do Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo. Separata de Arte e Arquitectura nas Abadias Cistercienses nos séculos XVI, XVII e XVIII*. Colóquio. 23-27 Novembro 1994. Mosteiro de Alcobaça. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2000, p. 11-70: 16; Iria Gonçalves – *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1989, p. 365-366; Iria Gonçalves – O mosteiro de Alcobaça e o recrutamento geográfico dos seus monges. In *IX Centenário do Nascimento de S. Bernardo. Encontros de Alcobaça e Simpósio de Lisboa. Actas*. Braga: Universidade Católica Portuguesa e Câmara Municipal de Alcobaça, 1991, p. 233-257).

23 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fls. 11-11v.

Enunciam, primeiramente, os gastos com a alimentação dos religiosos²⁴. Cada um deles tinha direito, naquele tempo, nos dias em que ceavam, a uma dobrada e uma quarta de pão, também chamada de “refeição”, por dia. Um alqueire de pão, neste Mosteiro, variava entre as 12 e as 10 dobradas, medida que deveria chegar para 20 a 24 empadas no alqueire. Dos 30 alqueires de trigo que se mediam, em cada dia, para o forno – usando-se o alqueire do sobrado, próprio da abadia, de meia oitava acima do alqueire de direito – quebravam em alimpaduras entre um alqueire e três quartas e meio alqueire, conforme o trigo era limpo ou mais sujo. Pelo alqueire de direito, esta quantidade de trigo, convertida em farinha, daria 34 a 35 ou, ainda que raramente, 36 alqueires²⁵.

Desta farinha, 10 alqueires eram dados a peneirar para pão branco, ficando 5,5 a 6 alqueires de farinha limpa, o demais em sêmea (um alqueire a alqueire e quarta ou mesmo alqueire e meio) e em farelo (quatro alqueires a quatro alqueires e quarta). A sêmea produzida era lançada no pão dos criados da Ordem, e os farelos às azémolas, que eram três, uma das quais da enfermaria monástica, outras vezes a animais dos hóspedes porque não havia cevada na abadia. Os hóspedes consumiam, em média, um alqueire de trigo por mês. Para alimento das galinhas da enfermaria, havia que reservar seis alqueires de milho cada mês.

Tenhamos presente que, de acordo com a fonte que vimos seguindo, os religiosos não ceavam 152 dias em cada ano, de acordo, aliás, com os jejuns da rigorosa Regra.

Depois do pão, os monges alcobacenses consumiam vinho²⁶. Cada religioso que comesse no refeitório auferia de 5 quartilhos; se comesse fora, tinha canada ou canada e meia ou, havendo escassez, cinco quartilhos por dia. Isto significava um volume total de vinho de 38 almudes e um quartilho a cada monge. Quando a comunidade atingisse os 60 religiosos, como queria o rei que sucedesse, isso significaria um consumo de 2.281 almudes e três canadas, contando já com o vinho que se bebia no Verão, depois de jantar, a que se chamava “ciramonía”.

Para as missas de cada dia consumia-se uma canada montando em 30,5 almudes em cada ano. Para o “misto” que se dava a seis oficiais (o que lia à mesa, dois que serviam no refeitório, o refeitoreiro que administrava e dois cozinheiros), como mandava a Regra, a cada qual uma canada por dia. Tudo somado, o Mosteiro

24 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fls. 1-2 (“Pam pera os monjes”). Sobre a alimentação e os monges alcobacenses, vd. Iria Gonçalves, *A mesa nas terras de Alcobça em finais da Idade Média*, Lisboa: Direção Geral do Património Cultural - Mosteiro de Alcobça, 2017.

25 Para uma identificação ou correspondência atual e aproximada dos pesos e medidas expostos no documento que exploramos, tenha-se em conta a seguinte tabela: moio – 56 a 64 alqueires ou 780 a 1000 kg; alqueire – 18 a 14kg; arroba – 11 kg; arrátel – 0,340 kg; onça – 0,030 kg; oitava – 0,00375 kg. Vd. A. H. de Oliveira Marques – Pesos e medidas. In *Dicionário de História de Portugal*. Dir. Joel Serrão. [S.l.]: Iniciativas Editoriais, 1979, Vol. V, p. 67-72.

26 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fls. 2-2v.

consumiria anualmente 2.342 almudes e três canadas de vinho, avaliando-se cada almude a 30 reais à bica do lagar, e a 40 reais se limpo. Os cinco quartilhos de vinho dados a cada monge, por dia, valiam quatro reais e um ceitil.

A dieta dos monges contava com carne de vaca²⁷. De cada rês, depois de abatida, tiravam-se os chambões. Do que ficava faziam-se postas a olho, de maneira que em cada posta, depois de cozida, houvesse um arrátel. Havia quatro ou cinco anos, todavia, que fora introduzida a novidade de se pesar esta carne crua, diminuindo, assim, o seu peso depois de cozida. A cada religioso, todavia, cabia 120 arráteis de carne ao ano, sendo 128 os dias de carne consentidos pela regra. O prior tinha direito a ração dobrada. Seis monges idosos tinham direito a comerem, às segundas e às quartas-feiras, durante 34 semanas em cada ano, seis arrobas e 12 arráteis, com uma margem de 13 arráteis de quebras, somando, no final, seis arrobas e 25 arráteis. No todo, a comunidade consumiria, em cada ano, 285 arrobas e dois arráteis de carne de vaca, posto que se devessem considerar as quebras pelo talho (perfazendo 14 arrobas e 9,5 arráteis) ou, quando era pesada crua, 35 arrobas. Uma arroba de carne de vaca valia, no talho, a 116 reais e quatro ceitis. Estas carnes eram compradas “em pee”, aproveitando-se, assim, os coiros e “debulhos”, não descendo “de cem reais arrova”. Calculava-se, assim, que a carne de vaca dada a cada religioso, com as quebras, ficava em três reais e cinco ceitis, valendo a arroba a 100 reais.

Consumiam os monges, também, durante 75 dias em cada ano (dos 120 em que a carne era autorizada), carne de carneiro, à razão de meio arrátel de carneiro cozido a cada monge, ao jantar, sendo que aquele que presidisse ao ato da refeição teria ração dobrada, atingindo-se o total de 31,5 arráteis de cada vez²⁸. Também à ceia se podia distribuir carne de carneiro aos religiosos, mas agora assada, à razão de um arrátel a cada qual, uma vez mais com ração dobrada ao presidente, atingindo o total de 61 arráteis.

Entre cozido e assado, cada religioso consumia, nos 75 dias determinados pela regra que o autorizavam, 92,5 arráteis de carneiro cozido, perfazendo a soma de 6.937,5 arráteis, ou seja, 216 arrobas e 37,5 arráteis. Calculavam-se as quebras, no talho, em dois arráteis por arroba, somando 13 arrobas e 17 arráteis, num total de 260 arrobas e 27 arráteis. Os referidos seis idosos, nos dias indicados, tinham também reforço na carne de carneiro, cada dia a cada um, 1,5 arrátel de cozido e assado. Aos seis referidos oficiais (mesa e refeitório), a cada um arrátel e meio vezes 75 dias, montando 3,5 arrobas e meio arrátel. No total, consumiam-se na abadia alcobacense 276 arrobas e 10 arráteis de carneiro em cada ano, valendo a arroba 128 reais no talho, comprando-se esta carne “em pee” pesando os carneiros, uns pelos outros,

27 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fls. 2v-3v.

28 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fls. 3v-4.

25 arráteis, com um valor nunca abaixo dos 120 reais cada cabeça, aproveitando-se as peles e os debulhos, valendo as peles a 15 reais cada. Cada religioso consumia carneiro no valor estimado de 7 reais por dia.

Durante 45 dias, dos 120 consentidos, comia-se também carne de porco fresco²⁹. Cada religioso tinha, por cada um desses dias, 92,5 arráteis de carne de porco, num total final de 4.162,5 arráteis ou 131 arrobas e 2,5 arráteis. Com quebras e dadas aos seis oficiais, o porco fresco que ia à mesa dos monges atingia, anualmente, as 158 arrobas e 21,5 arráteis, valendo o arrátel a 4 reais. O debulho com a fressura de cada porco valiam 20 reais.

Consumiam-se, ainda, toucinhos velhos, no tempo em que se não comia porco fresco, à razão de uma posta para cada dois religiosos, somando 60 toucinhos por ano, valendo cada um deles 200 reais³⁰. Havia oito festas em que se davam galinhas e “deffeyto” ao convento. Para este “deffeyto” eram precisos 12 carneiros. De manteiga entregava-se, a cada dois monges, três quartas de alqueire e de ovos 240 ou 230 de cada vez, e, ainda, uma galinha, mais ao presidente, montando 244 galinhas. O prior conventual tinha direito a mais duas galinhas por mês, somando, no final, 268 galinhas valendo cada uma 30 reais. Nos dias da carne, os religiosos comeriam um total de 200 queijos de 30 reais cada, a meio real por religioso, numa despesa total de seis mil reais³¹.

Os religiosos comiam pescado em 245 dias no ano, sendo que, em 43 destes dias, tinham ceia com igual prato. Cada monge auferia, ao jantar, de uma terça parte de uma pescada pequena e outra grande, dando-se o dobro desse alimento ao que presidia à refeição. Nas ceias, por seu lado, dava-se outro tanto a cada religioso. De há uns anos para o tempo em que o “caderno das despesas” foi elaborado, ou seja 1519-1520, tornara-se hábito de dar apenas uma sexta parte de uma pescada a cada um, situação de que os monges se queixavam. A soma desta sexta parte a cada qual representava, no ano, um consumo de 345 dúzias e duas pescadas e meia, a 15 pescadas por dúzia “segundo ho estillo da terra.” Os monges velhos, no Advento, Septuagésima e Quaresma consumiam, nas ceias, permitidas pela Regra, mais uma dúzia e meia de pescadas. Tudo isto perfazia a quantidade de 346 dúzias e 10 pescadas de consumo anual na abadia, ao preço estimado de 150 reais cada dúzia, numa proporção de cinco reais de pescado para cada religioso em cada dia.

Nos dias de jejum da Quaresma, da Septuagésima, do Advento e outros dias de jejuar, consumiam-se figos e passas, na proporção de seis figos e seis passas a cada religioso. As peças ou porções de figos valiam 160 reais e as passas 200 reais³².

29 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fls. 4-4v.

30 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fls. 4v-5.

31 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fl. 5-5v.

32 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fl. 5v.

Consumia-se azeite, no Mosteiro, para os religiosos e para a iluminação própria das funções corais e litúrgicas. Nos jantares e nas ceias dava-se azeite a cada religioso, para o pescado, “em suas salseirinhas como pera cozinha”, somando o gasto seis oitavas. Nos dias de jejum, essa porção ficava-se pelas quatro oitavas³³. Os dias de ceia, com direito a azeite, eram 93, o que representava um consumo total de 1.166 oitavas ou 146 alqueires menos duas oitavas. Quando a comunidade alcançasse o número de 60 religiosos, como pretendia o rei, haveria que acrescentar mais 42 alqueires de azeite. No total, os religiosos alcobacenses consumiriam 188 alqueires deste produto.

A este valor somava-se o azeite gasto, entre dia e noite, na igreja, no dormitório, na noviciaria e nos lugares necessários, onde ardiam 18 lâmpadas que gastavam, em cada semana, nove oitavas de azeite. Os subscritores do “caderno das despesas” consideravam serem necessárias, todavia, duas lâmpadas mais para iluminação, pelo que a despesa de azeite, neste campo, se situaria nas 10 oitavas por semana ou 65 alqueires por ano. Para as lâmpadas que se punham no sepulcro calculava-se um gasto de um alqueire e duas oitavas de azeite anuais. Somava toda esta verba, por ano, 254 alqueires de azeite, ao preço médio, uns anos pelos outros, de 120 reais o alqueire, numa média diária, por cada religioso e para a cozinha, em dia de pescado, de um real e meio.

Consumiam-se, em cada ano, 183 alqueires e meio de legumes, os quais eram servidos nos dias de pescado, ou seja, em 245 dias. “Os legumes ham de ser castanhas e grãos e feijões tamto de huum como doutro.” Valia o alqueire dos grãos entre 70 e 80 reais, o dos feijões entre 90 e 100 reais, “E aimda vam por elles junto de Santarem.”³⁴ A castanha avaliava-se a 60 reais por alqueire. No todo, advinha a cada religioso, nesses dias de pescado, a despesa de 4,5 ceitis de legumes³⁵.

Na preparação dos alimentos gastavam-se adubos como açafão, três arráteis, e outra especiaria que el-rei dava à casa. O arrátel de açafão valia mil reais, fazendo-se uma despesa média com cada religioso de um ceitel. De mostarda e mel consumiam-se 10 alqueires no ano, ao preço de 80 a 90 reais o alqueire, despendendo-se com cada religioso, por dia, meio ceitel. Anualmente, a abadia tinha necessidade de 35 alqueires de mel, a 180 reais cada e à razão de dois alqueires no cântaro, cabendo a cada religioso dois ceitis e um quarto³⁶.

A alimentação da comunidade impunha gastos adicionais com produtos necessários à confeção dos alimentos e à higiene dos monges. Para os refeitórios de carne e de pescado estimava-se serem necessários, em cada ano, quarenta varas

33 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fls. 5v-6.

34 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fl. 6.

35 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fls. 6-6v.

36 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fl. 6v.

de mantéis. Para panos das mãos e da cozinha, mandato e para os que limpavam as mãos quando iam dizer missa, consumiam-se mais 20 varas, num total de 60 varas. Para além destes panos, abasteciam-se os refeitórios com utensílios necessários como bacios, salseiras e albarradas de estanho, no refeitório do pescado, e bacios de pau e escudelas para o outro refeitório. Como eram precisas, também, caldeiras e grelhas, “e outras meudezas incertas”, as quais, providas uma vez, durariam algum tempo³⁷.

Depois dos encargos com a alimentação surgem os do vestuário.

Para 50 monges, número “que vossa alteza ordena”, escreveram Vasco de Pina e demais coautores, caberia a cada um, uma cogula e, no outro ano, saias longas. Cada cogula levava 10 varas de pecetas de Inglaterra dando-se, em dobro, ao prior da comunidade, num total de 60 varas. Cada saia longa, do mesmo tecido das cogulas, precisava de oito varas, dobradas para o prior, somando 408 varas. Cada vara custava 120 reais. Para os religiosos mais velhos dava-se “pano melhor”, pelo que o preço da vara, para estes, poderia situar-se entre os 130 e 140 reais. Os monges tinham também, saias apertadas, ano sim e outro não, a quatro varas por saia, somando essa despesa 204 varas. Dava-se um escapulário a cada religioso, um ano por outro, para cuja confeção se gastavam dois côvados de pano preto de Ipres (“pano preto d’Ipse dobre cruz”) num total de 102 côvados a 250 reais o côvado³⁸.

Cada monge tinha, por ano, um par de calças, cada qual levando 1,5 varas de tecido, “porque sam largas e folgadas”, forradas com o vestido velho, num total, dobrado o pano para o prior, de 86,5 varas. Tinham também um par de camisas de pano de “lã mall apisuada”, a 6 varas por par, em dobro ao prior, somando 306 varas ao preço de 70 reais de pano por camisa.

Os monges costumavam ter, em cada ano, um “bragueiro que era como gybam em que atacavam as calças”, levando vara e meia de pano, como as calças. Mas essa dádiva, havia algum tempo, que tinha sido suspensa. “A causa he porque dos vestidos velhos os faziam os monjes.” Mas porque a Regra determinasse que os vestidos velhos se deveriam dar, por “amor de Deus quando lhe derem os novos lhes remorde a consciencia por ser contra a Regra”³⁹, pedindo-se ao rei que determinasse, nesta matéria, o que entendesse melhor.

Davam-se duas carapuças, em cada ano, aos religiosos. Uma para a noite e outra para o dia. Cada carapuça levava uma quarta de vara, somando 25 varas anuais com esta peça de vestuário. Tinham, ainda, um barrete branco, de Flandres, perfazendo 51 peças, com o do prior, no valor de 120 reais cada.

37 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fls. 6-6v.

38 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fls. 6v-7v.

39 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fl. 7v.

Os barbatos recebiam vestuário ao mesmo tempo que os monges, mas de pano pardo, a saber, um ano capas e outro saias longas. Cada capa levava com o seu capelo nove varas. Como os barbatos eram em número de dez, isso perfazia 90 varas. As saias longas levavam, cada uma, oito varas, num total de 80 varas. Ano sim, ano não, estes frades recebiam saias apertadas, cada uma de quatro varas de pano, montando em 40 varas. Um par de calças, em cada ano, de vara e meia, representava mais 15 varas de pano que se gastava. Cada barbato tinha também duas carapuças de pano pardo, o que obrigava ao gasto de cinco varas, no valor de 80 reais cada vara.

Em anos alternados recebiam escapulários de pano negro, a duas varas e quarta cada um. “Estes escapulayros sam da branqueta que dizemos per’as cugullas dos monjes e tingem na”, num total de 22,5 varas. Acrescentava-se, a este vestuário dos barbatos, ainda, um par de camisas anualmente, num gasto de 60 varas⁴⁰.

Aos barbatos e aos monges eram dadas anualmente, também, as suas cintas de coiro “branca de bezerro e huum paar de facas”, valendo cada cinta 40 reais, num gasto de 2.400 reais, e cada par de facas, outros 40 reais, com igual dispêndio anual⁴¹.

Não bastavam as despesas com os tecidos do vestuário dos monges e dos barbatos. A esse dispêndio acrescentava-se, depois, o custo do feitio. Cada cogula custava, em alfaiataria, 40 reais mais três reais para linhas, e cada saia longa, 25 reais de feitio e dois de linhas. Um escapulário custava 20 reais mais 2 para linhas, ficando os dos barbatos a 15 reais e igual valor em linhas. Por se fazer um par de calças levava-se 30 reais e 3 em linhas, 20 reais cada saia apertada e 2 de linhas, seis reais por cada camisa e um real de linhas. O feitio de cada carapuça era de três reais. Cada conjunto de quatro carapuças custava um real em linhas. As capas dos barbatos ficavam em 25 reais cada e dois reais as linhas respectivas. Arrola-se, neste conjunto de despesas de feitio, os gastos com firmas para as calças, num total de cinco varas, a 20 reais a vara de pano de linho⁴².

Era necessário prover-se, também, ao calçado dos religiosos. Cada religioso tinha direito, por ano, a uma pele de cordovão de que se pudesse fazer umas botas. E pelo ano receberia, ainda, “cabeças ou çapatos quantos ham mester”, num total de 241 peças ou 20 dúzias e uma pele. Para as solas e sobressolas deste calçado adquiriam-se 50 lombeiros. Ano sim, ano não, dava-se aos religiosos de ordens sacras, “e assy a outras pessoas”, pantufas feitas de peles de cordovão num total de 18 peças. Para as solas destas pantufas eram necessários cinco lombeiros. Para “circos e solle-tas que se fazem de ylhargas de çumagre”, precisavam de 16 ilhargas. Os forros dos pantufos e os das cabeças e sapatos, na soma de 45 pares, precisavam de três dúzias

40 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fls. 7v-8.

41 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fls. 8v-9v.

42 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fls. 8v-9v.

e nove peles. Os monges queriam, todavia, que estas fossem dadas tanto aos de ordens sacras como a todos os outros pela “grande frialdade da casa.”⁴³

Cada pele de cordovão “com boa cortida” custava entre 1.100 a 1.200 reais e o respetivo curtimento 700 reais. Um lombeiro custava 400 reis, o mesmo que cada par de ilhargas. A dúzia das carneiras para forros, outros 400 reais. A cosedura deste calçado precisava de três pedras de linho cânave limpo, a 160 reais cada, e cinco pedras de linho galego, a 130 reais cada, por ano. O calçado implicava, ainda, gastos com pez (12 arráteis por ano, a seis reais cada um) e seis arráteis de cera, a 40 reais cada, e três arrobas de sebo “para se engraxar as peles”, a 256 reais a arroba⁴⁴.

Consideravam-se, também, as despesas, com o feitio do calçado, com ferramentas, formas, agulhas, sovelas, sedas e outras coisas miúdas, despesas essas incertas e com materiais que “duram bom tempo”. Depois, consideravam-se os gastos com o curtir das peles de cordovão e carneiro, 300 ao todo, para cujo preparo se gastavam 100 alqueires de sumagre, num total de 50 arrobas, ao custo de 75 e 80 reais a arroba. Se se houvesse de curtir couros de vaca, “pera arrimcarem a casca”, gastar-se-iam 300 reais. Os couros das rezes, que se matavam para os monges e para as freiras de Coz, bem como para os criados da Ordem “quanto ha solaria”, seriam suficientes para os gastos em causa⁴⁵.

Ao tempo em que se arrolavam estas despesas, habitava na casa um “familiar” da Ordem, que tudo havia como cada monge, “tiramdo ho vestido”, para o que se lhe davam 200 reais. A ração era-lhe dada no refeitório, com a dos monges.

Para a sua higiene pessoal, cada religioso tinha um arrátel de sabão em cada dois meses, num total anual de 11 arrobas e quatro arráteis, ao preço de 250 reais a arroba, numa média diária, a cada monge, de sabão, de um ceutil. Para as coisas da sacristia, gastava-se anualmente uma arroba de sabão. Para o barbeiro da casa determinava-se uma dúzia de navalhas em cada ano. Dava-se a cada religioso um copo ou, quebrando-se este, um outro⁴⁶.

Havia um rol de despesas incertas cuja quantificação não se estabelece no “caderno”. Despesas com esmolos, como cumpria à norma cisterciense e aos fundamentos da sua espiritualidade; despesas com materiais e utensílios de trabalho; despesas com criados e trabalhadores assoldados pela abadia.

Entre elas, enuncia que havia necessidade de se dar algum azeite para os cozinheiros, “quando se levantam aas cozinhas a fazer de comer”, assim como para a sapataria, para algumas peles secas quando as surravam. No rol dos produtos alimentares, entrava também o sal “pera a casa e emfermaria e freiras e outras

43 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fl. 9-9v.

44 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fls. 9-9v.

45 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fl. 9v.

46 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fls. 9v-10.

despesas”. Havia pitaças de nozes, para a casa, havendo necessidade de “provisão delas” para o Advento, Septuagésima e Quaresma, bem como para outros dias de pescado, numa total de 30 alqueires. Cebolas em abundância e alguns alhos entram no rol das despesas consideradas⁴⁷.

No dia de Lava-Pés dava-se pescado ou sardinhas, azeite e pão, aos pobres que iam comer ao refeitório, assim como um saio de pano da terra e uns sapatos “que se dam ao prove a que ho prior lava os pees”, mais um real para cada um daqueles a que os monges lavavam os pés. À porta do Mosteiro distribuía-se pão, três sardinhas e meio quartilho de azeite em dia de Entrudo, “as pessoas que hy vem a cada huum ora vem mais ora menos.”⁴⁸

Gastava-se dinheiro em carros temoeiros e todos os seus aparelhos, assim como nos bois “que muitas vezes morrem e adoecem e envelhecem.” Com as azémolas faziam-se gastos em ferragem, albardas, palmadura e sobrecarga, cilhas, látegos e outras necessidades, o mesmo acontecendo com as pedras para o moinho da casa, picões para as picar, aguçando-se estas muitas vezes, alavancas, rodízios, rela e outras miudezas. Alviões e enxadas para o pomar e foices para o limpar entram no rol da despesa, enunciando-se, também, os custos com o corregimento do palheiro para os bois, verrumas e martelos, o colhimento da junça para atar o pescado que se dá no convento, os sacos para levar o trigo do celeiro ao moinho⁴⁹.

Lâmpadas e caldeiras para se fazer a cera na sacristia e outros aparelhos, peneiras, joias e alcofas para o forno e panos e cobertas para o pão, eis alguns dos gastos necessários à vida quotidiana dos monges alcobacenses⁵⁰.

Dava-se de comer aos mateiros “que sam empregados pollo comprador da casa que vam trazer e apanhar pollos curraes os carneyros pera a casa”, que os iam buscar a quatro e cinco léguas de distância. Ao carneireiro que guardava esses animais sempre se deu, e o Bispo da Guarda manteve o costume⁵¹, ração durante o tempo em que os guardava, mais alguma coisa de soldada. Havia que considerar, por outro lado, a despesa e mantimento do celeireiro quando ia “ver as cousas e propriedades da casa segundo manda a Ordem com hũa besta e huum servidor.”⁵²

As despesas com os criados da Ordem têm um capítulo rigorosamente discriminado⁵³. O Mosteiro tinha 34 criados, dos quais cinco andavam foragidos. Dois destes, regressados à Casa, não estavam a receber ração. Para 29 desses criados, a ração era desigual. A certos criados davam-se três empadas cada dia, e a todos os

47 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fls. 9v-10.

48 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fl. 10.

49 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fls. 10-10v.

50 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fl. 10v.

51 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fl. 10v.

52 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fls. 10v-11.

53 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fls. 11-11v.

outros duas empadas assim como às mulheres. Aos meninos, uma empada e aos meninos de mama até seis ou sete meses de idade, dava-se uma refeição de pão alvo para papas e azeite e mel. Aos criados que iam para fora “em serviços” e “segundo alguuns criados dalguuns ospedes que vem aque” dava-se “o que se pode gastar ora mais ora menos cada somana”, perfazendo 14, 15, 16 ou 17 alqueires de farinha com sêmea e mais a sêmea que ficava da farinha dos monges, ou seja, uns seis a sete alqueires por semana.

Dos criados do Mosteiro nomeia-se um sapateiro, com 3.000 reais de ordenado, mais 2.000 reais para três obreiros que o auxiliassem num total anual de 12.000 reais cada ano, se bem que os obreiros levassem 6.000 reais no menos pelo que dizia “que nam pode servir”. A um oleiro pagava-se em cada ano, para duas fornadas de louça, 1.000 reais⁵⁴.

O Convento tinha também dois azeméis que o serviam, a 6.000 reais cada um por ano, mais casas onde viviam de graça, queixando-se, ao tempo, que lhas não estavam a dar. O azemel da enfermaria recebia mantimento e calçado, pago pela Enfermaria, no valor de 4.200 reais. Havia dois carreiros, um para o serviço do forno, e outro para a Casa, cobrando cada um 6.740 reais, em que entravam vestido e calçado, ao ano⁵⁵.

Estes criados da Ordem recebiam uma canada de vinho por dia e também a duas mulheres, num total de nove canadas de vinho. De carne, havia criados com direito a um arrátel e meio, outros a um e outros apenas a meio, num total de cerca de 21 arrátéis cada dia. De pescado, os criados da Ordem recebiam sardinhas. As mulheres tinham direito a seis. Quando não as havia, distribuíam cações, em valor de sete ou oito, segundo a grandeza. A sardinha valia a 140 reais o milheiro, a 13 por dúzia. O cação subia acima dos 100 reais a 13 por dúzia.

No tempo de Cardeal [D. Jorge da Costa], era costume dar-se aos criados algum vestido. Capas (a nove varas por capa dado o pano ser estreito) e gibões, aos homens, oito naquele tempo a que se referem as contas de Vasco de Pina, ano sim, ano não, alternadamente. Como se lhes dava, também, a cada um, um pelote (de cinco varas), um gibão de fustão, calças (de vara e meia), camisas e carapuças e tudo o mais do pano da terra. Às mulheres, nove naquele momento, davam-se saias, cintas e sainhos, cada qual de sete varas, tudo de pano da terra. Aos moços dava-se pelote e gibão. Aos dois meninos, cueiros. Às moças suas saias, e sainhos e cintas, numa média de duas varas e meia “e assy como crecem assy ham mester mais.” Sabemos que o còvado de fustão ficava em 40 reais e o pano das camisas a 30 reais a vara.

54 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fls. 11-11v.

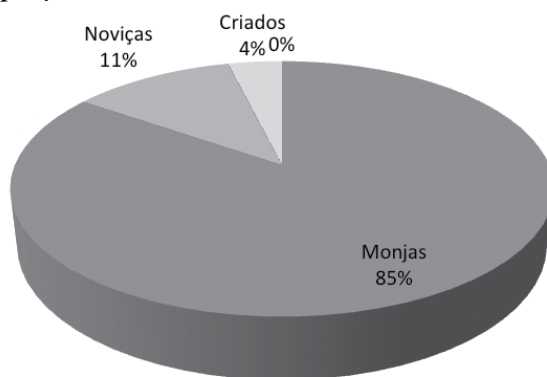
55 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fl. 11v.

Costumavam receber estes criados algum calçado conforme as necessidades, contabilizando-se as despesas com as peles, sua curtição, e forros, se bem que as peles do que comiam os monges abastassem para todos, sem esquecer os moços que serviam a enfermaria e a hospedaria⁵⁶.

Outros servidores da casa, como o físico, representavam despesas incertas. A incerteza no número de servidores, entre presentes e faltosos, e do crescimento dos meninos poderia obrigar variações nas rações e a acrescentar o pão em causa. Dava-se ração também aos noviços e aos moços que serviam na hospedaria e na enfermaria⁵⁷.

As despesas com as 25 freiras de Coz (22 professoras e três noviças) – comunidade, pois, de pequena dimensão, feminina, arrolando-se apenas um criado deste claustro – ocupam capítulo específico⁵⁸. Cada religiosa tinha, por mês, quatro alqueires de trigo, a abadessa o dobro, se bem que, de há alguns anos a essa parte, lhes retirassem dois alqueires desse cereal. Usufruía de um arrátel de carne de vaca por dia. Havendo porco fresco, a abadessa recebia o dobro dessa medida. No caso de alguma monja se encontrar doente, em vez da vaca davam-lhe carne de carneiro. Por ano, isso somava 120 arráteis de carne. Embora o documento que seguimos, neste ponto, se encontre lacerado, impedindo a recolha da informação precisa, podemos interpretar que as religiosas tinham direito a meia pescada; a abadessa a pescada inteira.

População conventual da abadia feminina de Coz em 1519-1520



De vinho, cada religiosa auferia meia canada por dia, a abadessa uma canada inteira. As monjas eram autossuficientes em verduras. Recebiam, também, toucinho, legumes e adubos. A entrega do azeite para as monjas e para as lâmpadas

56 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fls. 11v-13.

57 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fl. 13.

58 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fls. 13-14.

deste cenóbio estava em falta. Estas religiosas tinham ainda, como os monges, aliás, vestuário e calçado.

De vestuário, as monjas recebiam, cogula, num ano, e saia, sainho e um bentiinho de pano negro, no outro, gasto este sempre dobrado para a abadessa, num gasto total de 26 côvados anuais. Do que a fonte que seguimos, em mau estado neste particular, nos deixa entrever, o feitio dos hábitos das monjas rondava o custo, cada um, de uns 40 reais e três de linhas. Cada saia e sainho outro tanto. Não conhecemos o valor dado para cada um dos bentininhos.

Por ano, cada monja recebia umas sapatas novas com seus pantufos “que depois emcabeça[m] quada vez que lhe era necessario.” Este encabeçar das sapatas fazia-se umas quatro vezes no ano. Cada pele de couro dava para quatro pares de cabeças, sendo que as sapatas novas se faziam na razão de três pares por cada duas peles: “E a mester per’as çapatas novas e cabeças de todo ho anno e rostros dos pantuffos”, 52 peles de cordovão. Para os “cercos dos pantuffos” eram precisas seis ilhargas de sumagre. As solas podiam fazer-se dos couros das rezes que se matavam para os monges, sem mais despesa. Para as solas dos pantufos como das cabeças, todavia, eram necessárias dez cargas de casca e seis lombeiros.

As donas de Coz tinham criados como um azemel, a que davam ração, no valor de 4.200 reais, mais 100 reais por mês e um par de sapatos, num gasto total de 6.000 reais ao ano. Era a casa que dava ao azemel a besta, ferragem e aparelhos e mantimento dela. Esta abadia feminina recebia hóspedes com o que gastava dois moios de pão por ano, mais 12 arrobas de carne de carneiro e de porco fresco e oito arrobas de carne de vaca⁵⁹.

Os monges, por seu turno, pediam ao rei que fosse feita uma nova casa da hospedaria.⁶⁰

A abadia alcobacense consumia em cada ano quatro resmas de papel, a 250 reais a resma. Gastavam-se também somas de dinheiro com o “corregimento de livros”, assim como com as cordas dos sinos e dos pesos do relógio. Para o “coregimento das rodas do rellogeio” ia ao Mosteiro “muitas vezes huum official de Santarem ou de Lixboa a correger. E assy rodas do rellogeio d’aguoa.”⁶¹ Com a cera da sacristia, necessária ao serviço litúrgico, a abadia consumia anualmente 20 arrobas, ao preço de 40 reais o arrátel. Havia que comprar, para ela, o pavio. O incenso que se consumia era esmola do rei⁶².

A alimentação, o vestuário e o calçado, o serviço litúrgico, o trabalho, eis alguns dos setores pelos quais se organizava e garantia a vida quotidiana de uma

59 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fls. 13-14.

60 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fls. 14-14v.

61 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fls. 8v, 10-10v.

62 TT – Fragmentos, 13, 6, 2, fl. 10v.

comunidade monástica masculina, como a dos monges bernardos de Alcobaça, e também, naturalmente, a da vizinha e, então, pequena abadia das religiosas de Coz.

Nem todas as abadias cistercienses portuguesas, ao tempo, se mostravam tão razoavelmente regradas e vigiadas como sucedia com Alcobaça. Se o ciclo comendatário não se pode considerar, nalguns mosteiros, como prejudicial e retrógrado, inaugurando neles reformas e melhoramentos arquitetónicos e artísticos, noutros, todavia, a presença de comendatários levava-os à ruína. Uma carta dos três religiosos que habitavam o Mosteiro de Santa Maria do Bouro, datada de 5 de março de 1503, por exemplo, pedindo a intercessão de Rui Teles, fidalgo, junto do rei, denuncia o estado calamitoso que este edifício abacial tinha atingido por ser descurado pelo bispo comendatário. Escreveram os citados monges o seguinte:

“Se nam achara em mosteiro da Ordem de Sam Bernardo em Purtuguall nem em todo o mundo que senhor ellã nom he perdida soamente no sprituall e temporall. Aqui nom ha monjes soamente eu e outros dous honde soya d’aver xx^{ta}⁶³ monjes, nem tem vestymentas // [Fl. Iv] nem calezes nem isso mesmo lençoes pera os alltares. Ha crasta está cheea de monte, ho dormytoreo em terra, ho refertoyro em terra, he asy todas as outras casas soamente honde elle bispo poussa aquellas corregeu. Ho mosteiro [he] arrendado cada hum anno. Huum calez que aqui pos Diogo d’Azevedo que custou nove mil e quinhentos reais loguo como o pos ho vendeu. Avera seys annos vynhas em monte e olyvayes todo he perdido. Ha nossa capella destroida que o mall que he nom se pode dizer nem escrepver. E mays outras muytas habomynavees cousas que som torpes e viis a Deus he a ouvido.”⁶⁴

As década de 1520 e de 1530, todavia, trouxeram um tempo de novas e reiteradas reformas – os cuidados postos com a ampliação de bibliotecas, num tempo em que as oficinas tipográficas se multiplicaram por toda a Europa, é significativo da evolução das práticas culturais e preocupações espirituais adentro dos claustros conventuais⁶⁵ – sobremodo disciplinares mas com impacto seguro na dimensão das sensibilidades espirituais destes religiosos, aos mosteiros cistercienses

63 Corrigido no original de LXXt^a.

64 TT – Corpo Cronológico, Parte I, Maço 44, Doc. 100. (Os monges referidos eram Fr. Rodrigo, prior, outro Fr. Rodrigo e Fr. Gonçalo).

65 Tenhamos presente, uma vez mais, o exemplo de Alcobaça, cuja biblioteca sofreu obras de acrescentamento justamente por 1526, conforme se documenta por carta de 21 de abril desse ano, na qual se refere que se pagou a Simão Dias, “carpenteyro e empreyeyro das obras da carpemtarya do Mosteiro d’Alcobaça”, 4.000 reais da obra que fizera na “casa da livraria” do Mosteiro, “pelo acrescentamento de doze palmos que mais acrescentou e fez na casa da livraria do dito mosteiro e pelas seis andainas das estantes que ha dyta casa teem”. (TT – Corpo Cronológico, Parte 1, M^o 29, Doc. 60). Cf. Maria Isabel Ostolaza Elizondo – La vida intelectual en los monasterios cistercienses navarros. La escuela de Gramática y Biblioteca del Monasterio de Iranzu en el S. XVI. *Hispania Sacra*. LX/121 (janeiro-junho 2008) 143-171.

portugueses, preparando-os, de alguma forma, para o período congregacionista português que se institucionalizaria canonicamente em 1567⁶⁶.

Nas *Definições* da Congregação Portuguesa de Cister, de 1593, o Capítulo Geral desta mesma Congregação determinou que as casas da Ordem tivessem apenas o número de religiosos que pudessem sustentar comodamente. Nalguns desses mosteiros, então em obras, o número admitido era mais reduzido, enquanto a “fábrica” durasse, aumentando-se o respetivo número, uma vez concluídas as obras. Estavam em obras, nessa altura, a avaliar pela pauta estabelecida nessas *Definições*, os Mosteiros de Seiça (com 18 monges, mas com direito a 40 logo que concluída a fábrica), Aguiar com 14 religiosos, “té serem as obras nelle feitas”, S. Pedro das Águias, 7, “antes de ser edificado”, Bouro, 14, “durando as obras” e Fiães, 3 religiosos, “antes d’estar repayrados”. Nos demais claustros masculinos, os cistercienses seriam 9 em S. Cristóvão de Lafões, 14 em Maceira Dão, 30 em S. João de Tarouca, 40 em Salzedas e 80 em Alcobaça⁶⁷.

O Mosteiro de Lisboa, àquele tempo em obras e que o Capítulo Geral desejava que fosse em “crescimento”, contava dois religiosos então, não tendo ainda, em 1593, “em si casas suficientes pera o gasalhado”, usando os religiosos umas casas que “té agora estam allugadas, nas quaes se poram quatro camas de colchões, & cubertos pera os religiosos; & outras tres camas pera criados, & se proveram as tais casas de cadeiras, mesas, e tudo o mais necessario ao gasalhado dos religiosos.”⁶⁸ O dinheiro para o pagamento das suas obras estaria numa arca com duas chaves, fazendo-se fêria aos oficiais cada semana. Um dos padres presentes seria o escrivão e anotaria num livro o dinheiro que se recebesse nessa arca e noutro o que dela saísse. Às responsabilidades de escrivão da receita e despesa das obras, esse religioso acrescentaria a função de apontador das obras “& tera em sua mão a traça do mosteyro, & correrá com as obras delle.”⁶⁹

As clausuras femininas do Cister português, entre religiosas de véu e conversas, albergavam populações em maior número. Pela fonte que seguimos, as *Definições* de 1593, nenhum dos mosteiros de mulheres estaria então em obras. Odivelas, com 120 religiosas, era a maior abadia feminina da Ordem em Portugal, seguindo-se-lhe Lorvão, com 112 residentes, Celas de Coimbra e Arouca, cada qual com

66 Cf. J. S. da Silva Dias – *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal (Séculos XVI a XVIII)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960, p. 49-50; Frère Claude de Bronseval – *Peregrinatio Hispanica. Voyage de Dom Edme de Saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531-1533)*. Ed. por D. Maur Cocheril. Paris: PUF, 2 vols., 1970; Fortunato de Almeida – *História da Igreja em Portugal*. Nova edição preparada e dirigida por Damião Peres. Volume II. Porto-Lisboa: Livraria Civilização-Editora, 1968, p. 133-137; Saul A. Gomes – *Visitações a Mosteiros Cistercienses...*, p. 37 e seguintes; Saul António Gomes – *A Congregação Cisterciense de Santa Maria de Alcobaça nos Séculos XVI e XVII: elementos para o seu conhecimento. Lusitana Sacra*. 18 (2006) 375-431.

67 *Definições...*, fl. 58-58v.

68 *Definições...*, fl.

69 *Definições...*, fl. 55-56.

80 mulheres, S. Bento de Cástris com 70, Portalegre com 60, Coz e Almoester com 50 religiosas cada uma e, por último, Tavira, com 40. Extrapolavam estes números clausos as moças do coro, enquanto não eram noviças, devendo receber a mantilha aos 15 anos de idade, as mulheres leigas que se recolhiam a essas abadias, as criadas necessárias ao serviço das casas e as moças para o serviço das monjas particulares e daquelas que tivessem mais de quarenta anos de profissão⁷⁰.

Importava aos monges do Cister português uma boa formação para o que, aliás, logo em 1550 se fundara, por iniciativa conduzida pelo Cardeal D. Henrique, comendatário do Mosteiro de Alcobaça, o Colégio de S. Bernardo de Coimbra, destinado ao “estudo & augmento das letras”⁷¹. Nas bibliotecas de cada mosteiro deveria haver bibliografia própria dos estudos bíblicos, espirituais e teológicos mas também alusiva ao conhecimento das áreas do Direito Canónico e Civil. Todas as casas da Congregação, determinava o capítulo 47 das *Definições* de 1593, deveriam ter “livrarias publicas, em que ao menos estem os Doutores Theologos, o direyto cyvil e canonico, Biblia, & glosa ordinaria, & todos os mais livros de faculdades que puderem ser avidos, pera o qual manda o capitulo a todos os prelados comprem ao menos cada tres annos, trinta mil reis de livros.”⁷² Também os cartórios de cada casa deveriam estar devidamente montados “onde por sua ordem estem as escripturas & prazos em saquinhos, ou almarios, de maneira que estem divididos os de hũa fazenda dos da outra, com titulos da parte de fora, que digão o que dentro se guarda, pera aver facilidade no achar de cada cousa”, devendo registar-se toda a retirada ou saída das escrituras do arquivo⁷³.

Por outro lado, as referidas *Definições* de 1593 postulavam, também, em matéria de edificação ou reconstrução das casas da Ordem. Determinavam que nenhuma abadia poderia fazer obras com custos acima dos 40 cruzados sem licença do Capítulo Geral. Passando os 50 cruzados, teria de justificar junto do Reverendíssimo Padre Geral, a necessidade do “preço, lugar e traça desse edificio, por meyo de dous religiosos de authoridade, que escolhera pera isso, dara ou negara a lecença”⁷⁴. As obras em curso, à época, deveriam prosseguir até à respetiva conclusão. Reparações do que estivesse para cair ou que fossem necessárias não necessitariam de autorização superior⁷⁵.

70 *Definições...*, fl. 60.

71 *Definições...*, fls. 52-52v. Vd. António de Vasconcelos – Os Colégios Universitários de Coimbra (fundados de 1539 a 1770). In *Escritos vários relativos à Universidade Dionisiana*. Vol. 1. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1987-1988, p. 155-295; Ludovina Cartaxo Capelo e Mónica Oliveira Prozil – Colégio de S. Bernardo de Coimbra. In *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Vols. XXIII e XXIV (2003-2005 e 2005-2007).

72 *Definições...*, fl. 52v.

73 *Definições...*, fls. 54v-55.

74 *Definições...*, fl. 55.

75 *Definições...*, fls. 55-55v.

Nas abadias femininas, por exemplo, mandava o Capítulo Geral “que nam possam d’oje em diante ter as religiosas casas particulares, nem janellas rasgadas te baixo, ou com grades com sacadas pera fora, mas metidas no meyo da parede bastas e grossas. E as janellas rasgadas se taparam té o meyo, de modo que fiquem honestas. E nas grades das mais alem das duas que tem, se poram cealogias de ferro bastas, ou entre as grades ambas; ou ao de fora dellas.”⁷⁶

O *monasticon* cisterciense lusitano atingiu, em boa verdade, a sua amplitude maior no final de Quinhentos. Depois deste tempo, esmoreceu o esforço de novas fundações. Na verdade, desde então, apenas dois novos mosteiros femininos – Nossa Senhora da Nazaré de Mocambo (1653) e Nossa Senhora da Assunção de Tabosa (1692)⁷⁷ – viriam a enriquecer as fileiras da Ordem em meados da centúria imediata. As lógicas da sua geografia de implantação, prevalentemente e hereditariamente nos espaços rurais, nos tempos medievos, alteraram-se nos séculos modernos. À volta das abadias mais ricas cresceram burgos e vilas secularizando espaços de velhas cercas até então reduzidos ao exclusivo do usufruto vivencial dos monges e das monjas. Isso sucedeu justamente com Alcobaça e com Coz, entre outros mosteiros cistercienses portugueses⁷⁸.

O fenómeno monástico português moderno parece ter privilegiado, salvo exceções, fundações de conventos mais modestos, menos dotados patrimonialmente e com comunidades de religiosos igualmente mais reduzidas. Não estranha, assim, que pequenas cidades e vilas cheguem a ter três, quatro ou mais casas religiosas nelas instaladas. Terá sido uma tendência geral na Europa católica moderna⁷⁹.

As dinâmicas artísticas modernas, nos domínios da arquitetura, da escultura, da pintura, assim como nos campos literário e musical, encontraram nas abadias cistercienses portuguesas palcos particularmente entusiásticos. As sensibilidades do manuelino e do renascimento portugueses, como, sobretudo, as formas barrocas reestruturaram profundamente estas paisagens de vida regular cisterciense muito marcada pela oração e pelo exercício da contemplação dos mistérios divinos⁸⁰.

76 *Definições...*, fls. 58v-59.

77 Vd. Maria Luísa Gil dos Santos – *O ciclo vivencial do Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa*. Tese de Mestrado policopiada. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2000.

78 Vd. Saul António Gomes – Os concelhos do couto de Alcobaça: apontamentos da sua história. In *500 anos da outorga das forais do concelho de Alcobaça por D. Manuel I. 1514-2014*. Alcobaça: Câmara Municipal de Alcobaça e Jorlis, 2016, p. 121-242, maxime 142-151; Cristina Pina e Sousa e Saul António Gomes – *Intimidade e encanto. O Mosteiro cisterciense de Santa Maria de Cós (Alcobaça)*. Leiria: ed. Magno, 1998.

79 Vd. Ángela Atienza López – Nuevas consideraciones sobre la geografía y la presencia conventual en la España Moderna. Otras facetas más allá de la concentración urbana. *Hispania Sacra*. LXI/123 (janeiro-junho 2009) 51-75.

80 Vd. Artur Nobre Gusmão – *A Expansão da Arquitectura Borgonhesa e os Mosteiros de Cister em Portugal*. Lisboa, 1956; Artur Nobre Gusmão – Os Mosteiros de Cister na Época Moderna. Separata de *Lusiada*, III, Nº 10, Porto, 1957; Nelson Correia Borges – *Arte Monástica em Lrvão. Sombras e Realidade*. 2 vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Ministério da Ciência e da Tecnologia, 2001; Cristina Pina Sousa e Saul António Gomes – *Intimidade e Encanto. O Mosteiro Cisterciense de*

O caso da abadia de Santa Maria de Alcobaça protagoniza, na abertura de Quinhentos, o quadro institucional e a herança histórica secular da Ordem de Cister em Portugal. Sendo a maior abadia cisterciense portuguesa, assim como a mais rica, em património e extensão dominial dos seus coutos, tornou-se alvo de um alto-clero ávido de comendas e de enriquecimento por via benéfico dos seus rendimentos. Arcebispos, bispos e cardeais deterão, ao longo dessa Centúria e ainda até 1642, aliás, com o empenho da Coroa real, a comenda deste e de vários outros mosteiros.

Por 1519-1520, como se viu, o rei D. Manuel I chama mais diretamente a si a administração desta abacia em virtude de a ter integrado no património comendatário de seu filho, o Cardeal-Infante D. Afonso. Os monges alcobacenses conheceram, então, um período de maior ordenamento e até de reforma claustral, mercê da intervenção do braço régio e dos oficiais escolhidos pelo monarca Venturoso para gerirem as finanças da abadia e do seu couto, assim como dos prelados e visitadores reformadores nela apresentados nessa década de 1520⁸¹.

O controle deste mosteiro interessava ao rei primeiramente, como se viu, como instrumento dotacional das casas dos seus filhos e infantes, mas serviu também, e de modo relevante, aos projetos do poder régio de afirmação de uma imagem de nova ordenação e de reforma dos claustros monásticos portugueses com especial ênfase em Alcobaça, epicentro, então, de uma já longa e secular aliança entre o trono dos reis de Portugal e o “altar”, convergentes, aqui, na renovação e consolidação de uma Igreja portuguesa como paradigma da *Ecclesia* católica cujos tempos de reforma, nesses primeiros decénios do século XVI, se afirmavam irreversivelmente.

Santa Maria de Coz (Alcobaça). Leiria: Ed. Magno, 1998; Manuel Moreira da Rocha – *A Memória de um Mosteiro. Santa Maria de Arouca (Séculos XVII-XX). Das Construções e das Reconstruções*. Porto: Ed. Afrontamento, 2011.

81 Vd. Saul António Gomes – *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal. Séculos XV e XVI*, Lisboa: IPPAR, 1998, p. 30-39; Saul António Gomes – *Documentos para a história de Santa Maria de Alcobaça nos séculos XVI a XVIII. O Corpo Cronológico do Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo*. Separata de Arte e Arquitectura nas Abadias Cistercienses nos séculos XVI, XVII e XVIII. Colóquio. 23-27 Novembro 1994. Mosteiro de Alcobaça. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2000, p. 11-70.